

CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS PROJETO DE LEI Nº 3.956, DE 2023

Altera a Lei nº10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa.

Autora: Deputada Ana Paula Lima

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

I – RELATÓRIO

O projeto apresentado pela Deputada Ana Paula Lima, altera o Estatuto da Pessoa Idosa para determinar o prazo de validade de dez anos para a credencial de estacionamento para as pessoas idosas, podendo ser prorrogável por igual período quando preenchidos todos os requisitos necessários.

O projeto não possui apensos.

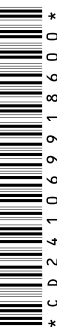
O texto em análise foi distribuído à Comissão de Viação e Transporte – CVT, à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CIDOSO, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54, do RICD), no qual compete a esta Comissão apreciar todas as matérias atinentes às pessoas idosas, nos termos do disposto no inciso XXV, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme artigo 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); e possui regime de tramitação ordinário, de acordo com o artigo 151, inciso III, também do RICD.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Cabe a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas o *monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas*”, consoante o artigo 32, inciso XXV, alínea “d”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Pois bem, o projeto propõe prazo de validade de **dez anos** para a credencial de estacionamento destinadas às pessoas idosas. A autora justifica que a renovação do credenciamento a cada dois anos causa diversos transtornos a estes, não tendo a real necessidade quando estiverem preenchidos todos os requisitos.

O Estatuto da Pessoa Idosa assegurou o direito a reserva de vagas em estacionamentos públicos e privados, que deverão ser posicionadas estrategicamente para melhor comodidade à pessoa idosa. Para usufruir deste direito é necessário realizar o cadastramento junto ao órgão competente e retirar a “Credencial de Estacionamento”.

A Resolução do Contran nº 303, de 18 de dezembro de 2008, regulamentou à época a uniformização das vagas em âmbito nacional, os procedimentos de sinalização, fiscalização e o uso de vagas exclusivo de veículos utilizados pelas pessoas idosas. Na presente resolução não foi determinado qualquer prazo de validade à credencial obrigatória para a utilização da vaga, contudo, alguns órgãos estipularam prazo de validade de dois anos, assim, findado o prazo era necessário a renovação do documento.

A Resolução do Contran nº 965, de 17 de maio de 2022, revoga a resolução anterior e estabelece o prazo de validade de cinco anos da credencial de estacionamento destinadas às pessoas idosas e às pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade permanente.

Em 14 de outubro de 2024 foi publicada uma nova Resolução do Contran de nº 1.012, alterando novamente o prazo de validade. Modificou o texto anterior revogando o prazo de validade determinado às pessoas idosas, estabelecendo, apenas, que em casos de pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade permanente o órgão competente poderá definir prazo de validade, se for o caso. A norma, também, define que em caso de falecimento do beneficiário a credencial emitida será cancelada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, de modo a evitar qualquer utilização indevida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Entende-se, portanto, que o prazo de validade se torna vitalício às pessoas idosas, eis que de fato não se faz necessário a comprovação da idade a cada nova ovação. O intuito maior era a comprovação de vida, mas a resolução já sanou essa questão ao requerer o cancelamento imediato através do órgão competente.

Nesse sentido, denota-se a necessidade de adequar a nova redação da resolução nº 1.012/2024, através da emenda que será apresentada por esta comissão, rejeitando, então, a emenda apresentada pela Comissão de Viação e Transporte.

Com efeito, não resta dúvidas da relevância do presente projeto e nem que merece ser aprovado com a devida adaptação, eis que será extremamente benéfico às pessoas idosas minorando prejuízos que a burocracia gerava de forma desnecessária.

Com base em todo o exposto, levando em consideração as competências desta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas para deliberar sobre o mérito e diante da grande relevância da presente proposta, somos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 3.956, de 2023**, com emenda e pela rejeição da emenda apresentada pela Comissão de Viação e Transporte.

Sala das Comissões, em de dezembro de 2024.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

PROJETO DE LEI Nº 3.956, DE 2023.

Altera a Lei nº10.741, de 01 de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único ao artigo 41º da Lei nº 10.741, de 2003, acrescido pelo art. 2º do presente projeto de Lei:

“Art.41º
.....

Parágrafo único. A credencial de estacionamento para as pessoas idosas não terá prazo de validade. ” (NR)

Sala das Comissões, em de dezembro de 2024.

**Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator**

